



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



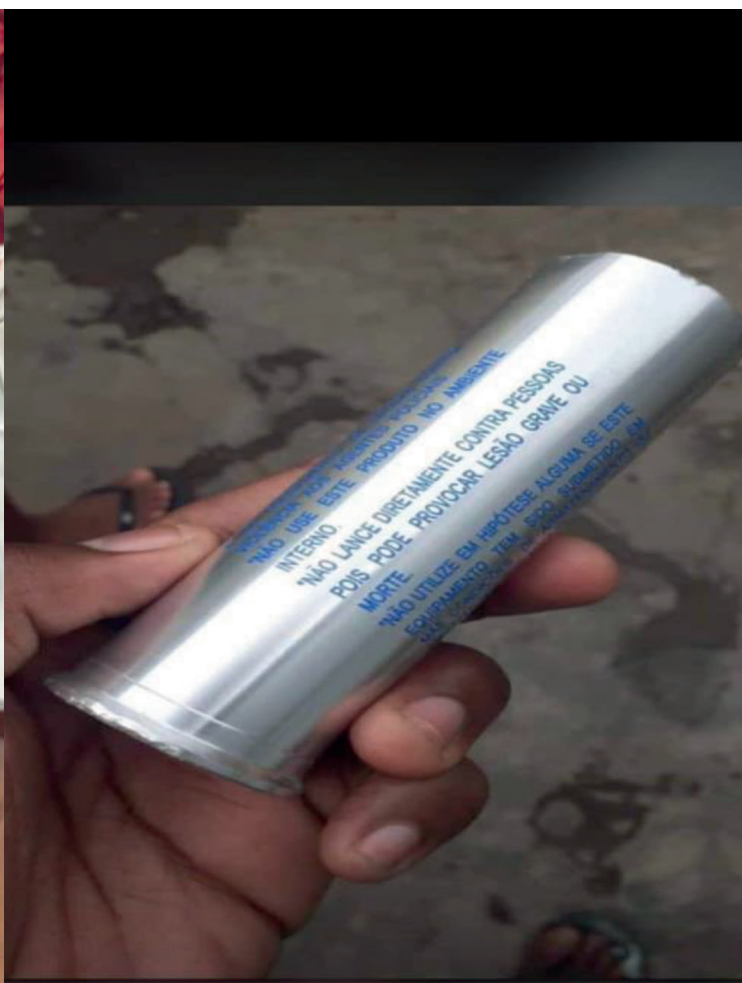
<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quarta - feira, 30 de Outubro de 2024 | Ano V, n.º 309 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

CDD Formaliza Denúncia ao Ministério Público Contra PRM por Violência Contra o Povo Durante Manifestações Anti-Fraude

- Esta constitui uma das diversas intervenções legais que o CDD vem desenvolvendo no âmbito das recentes manifestações, sendo que o processo de documentação das violações está em curso e vários outros processos serão submetidos as órgãos de administração de justiça.



O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) formalizou, hoje, quarta-feira, 30 de Outubro, uma denúncia ao Ministério Público (MP), em representação de Paulo Pedro Tovela, que sofreu um ataque violento por parte de agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma unidade da Polícia da República de Moçambique (PRM), durante as manifestações de 24 e 25 de Outubro contra a fraude eleitoral e o duplo homicídio de Elvino Dias e Paulo Guambe.

No dia 21 de Outubro, Paulo Tovela caminhava numa rua do Bairro de Maxaquene, retornando do trabalho e fora da área das manifestações, quando foi alvejado por um cilindro de gás lacrimogéneo. O disparo, feito por agentes dum veículo blindado da PRM, atingiu Tovela na cabeça pelas costas. As imagens do momento foram capturadas em vídeo e comprovam que o cidadão estava em atitude serena, sem ameaçar a ordem pública.

Apesar da gravidade do ferimento, os agentes não prestaram socorro, deixando o local imediatamente após o disparo. Apenas cidadãos presentes ofereceram a ajuda inicial à vítima, que precisou de atendimento emergencial devido ao impacto da acção policial.

Na denúncia, o CDD exige que o Ministério Público:

Abra investigação rigorosa sobre o uso de força letal e a actuação dos agentes da PRM no caso.

Identifique e responsabilize os envolvidos, incluindo os superiores que autorizaram o uso de armas contra um cidadão desarmado e pacífico.

Reforce a supervisão sobre a PRM para coibir o abuso de poder e garantir a integridade dos cidadãos.

O CDD alerta que a conduta da PRM representa uma violação directa dos direitos humanos e apela para que o Ministério Público actue com rigor para assegurar a justiça e a preservação dos direitos dos cidadãos em Moçambique.



Aduz ainda que esta constitui uma das diversas intervenções legais que o CDD vem desenvolvendo no âmbito das recentes manifestações, sendo que o processo de documentação das violações está em curso e vários outros processos serão submetidos as órgãos de administração de justiça moçambicana em meio a tantas dúvidas sobre a lisura das mesmas instituições.



Aduz ainda que esta constitui uma das diversas intervenções legais que o CDD vem desenvolvendo no âmbito das recentes manifestações, sendo que o processo de documentação das violações está em curso e vários outros processos serão submetidos as órgãos de administração de justiça moçambicana em meio a tantas dúvidas sobre a lisura das mesmas instituições.




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungu
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

